NAÇÕES UNIDAS
CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

Distribuição: Limitada
E E/ECA-EA-SA/ICSOE/2026/11
Novembro de 2026

COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA
ESCRITÓRIO SUB-REGIONAL PARA A ÁFRICA AUSTRAL

Comité Intergovernamental Conjunto de Altos Funcionários e Peritos da África Oriental e Austral

10 a 13 de Novembro de 2026
Windhoek, Namíbia

Relatório sobre o Trabalho da ECA na África Austral

DOCUMENTO PRELIMINAR

Resumo

Este relatório serve como instrumento pelo qual os Estados-Membros, através do Comité Intergovernamental de Altos Funcionários e Peritos (ICSOE), avaliam a relevância do trabalho do Gabinete Regional Sénior da CEA para a África Austral (SRO-SA) e fornecem orientações para o trabalho futuro da CEA na sub-região. A este respeito, o relatório destaca as principais atividades programadas realizadas pela CEA na África Austral e os resultados alcançados desde a última sessão do ICSOE, realizada em outubro de 2025. Descreve também os desafios encontrados e as lições aprendidas na implementação do programa de trabalho para o período em análise. O relatório destaca ainda os principais elementos do Programa de Trabalho para 2027.

O Comité é convidado a analisar o relatório.

1. Introdução

1.1 Contexto e autoridade legislativa

1. A Comissão Económica das Nações Unidas para África (ECA), uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas, tem o mandato de fomentar o desenvolvimento económico e social dos seus Estados-membros, promover a integração regional e impulsionar a cooperação internacional para o desenvolvimento de África. Na sua dupla função de braço regional da ONU e de componente-chave do panorama institucional africano, a ECA tem o mandato de operar tanto a nível regional como sub-regional para mobilizar recursos e aplicá-los às prioridades de África. A Comissão dispõe de cinco gabinetes sub-regionais (ESRs) que servem as cinco sub-regiões do continente, nomeadamente Norte, Oeste, Central, Este e Sul de África.

2. O Gabinete Sub-regional para a África Austral (SRO-SA) abrange onze Estados-Membros: Angola, Botswana, Essuatíni, Lesoto, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabué. Tal como os outros Gabinetes Sub-regionais, o SRO-SA obtém a sua orientação programática e presta contas ao Comité Intergovernamental de Altos Funcionários e Peritos (ICSOE), constituído pela Resolução 826 da Comissão, de 1977, e pela Resolução 40/243 da Assembleia Geral, que constitui a principal plataforma para o envolvimento estratégico com os Estados-Membros e outras partes interessadas em questões políticas e programáticas prioritárias para a sub-região. As recomendações e decisões de cada ICSOE são depois transmitidas à Conferência de Ministros Africanos das Finanças, do Planeamento e do Desenvolvimento Económico, que, por sua vez, reporta ao Conselho Económico e Social e, posteriormente, à Assembleia Geral das Nações Unidas.

1.2 Mandato e orientação estratégica

3. Em consonância com a direção estratégica da CEA, a SRO-SA foi designada como centro de excelência para a promoção da industrialização inclusiva, visando fomentar o crescimento económico sustentável e reduzir a pobreza e a desigualdade na sub-região da África Austral, através de: (i) melhoria da capacidade dos Estados-membros, das Comunidades Económicas Regionais (CERs) e das Organizações Intergovernamentais (OIGs) para promover e desenvolver políticas de industrialização inclusiva, planos nacionais e regionais e estruturas institucionais alinhadas com os objetivos da Agenda 2063 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) incorporados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; e (ii) reforço da capacidade dos Estados-membros e das CER para conceber e implementar iniciativas sub-regionais destinadas a

aprofundar a integração regional e a reforçar as capacidades para alcançar uma industrialização inclusiva para a redução da pobreza e da desigualdade na África Austral.

4. Para alcançar o objetivo desta orientação estratégica, cada entidade da CEA, incluindo os seus Escritórios de Referência Estratégica (SROs), segue um ciclo de programação anual, informado por questões de desenvolvimento atuais e emergentes e ancorado em agendas de desenvolvimento internacionais, regionais e sub-regionais, para preparar o seu Programa de Trabalho anual. Isto implica a pesquisa de políticas; serviços de consultoria e prestação de apoio técnico aos Estados-Membros, às Comunidades Económicas Regionais (CERs), às Organizações Intergovernamentais (OIGs), à sociedade civil e ao sector privado em torno de áreas temáticas-chave, incluindo a industrialização, a integração regional e o comércio, o desenvolvimento do sector privado e o desenvolvimento sustentável. Utilizando o seu poder de articulação, o SRO-SA promove a análise de políticas, o diálogo político e a construção de consensos para abordar os desafios do desenvolvimento na região da África Austral.

1.3 Objectivos do relatório

5. O relatório destaca as principais atividades programáticas desenvolvidas pela ECA desde a última sessão da ICSOE, em outubro de 2025, em Ezulwini, sob a orientação da sua Mesa Diretora, presidida pelo Governo do Reino de Eswatini. Destaca também os resultados alcançados, os desafios enfrentados e as lições aprendidas até à data na implementação destas atividades. O relatório apresenta ainda um resumo das principais iniciativas programadas para implementação em 2027. Além disso, serve como instrumento através do qual os Estados-membros, através da ICSOE, avaliam a relevância do trabalho da SRO-SA e fornecem orientações para o trabalho futuro da ECA na sub-região da África Austral.

2. Destaques das principais atividades implementadas

6. Em primeiro lugar, o relatório destaca os principais pontos da última sessão do ICSOE, realizada em outubro de 2025. De seguida, são apresentados detalhes das principais intervenções implementadas e dos resultados alcançados, de acordo com as principais áreas temáticas da SRO-SA: aprofundamento do ambiente político para a industrialização inclusiva; melhoria da transição para economias verdes inclusivas; promoção da integração e do comércio regional; e reforço do planeamento do desenvolvimento na África Austral.

2.1 Sessão da 31ª Reunião Anual do Comité Intergovernamental de Altos Funcionários e Peritos da África Austral

7. A trigésima primeira sessão do Comité Intergovernamental de Altos Funcionários e Peritos (ICSOE) da África Austral foi organizada em formato híbrido, de 30 a 31 de outubro de 2025, em Ezulwini, Eswatini, subordinada ao tema: Desbloquear o Potencial da AfCFTA: Construir Cadeias de Valor e Ultrapassar Barreiras ao Comércio na África Austral. A sessão foi presidida pelo Governo do Reino de Eswatini. As delegações e participantes representaram o Botswana, Eswatini, Lesoto, Malawi, Maurícias, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabué.

8. O Honorável Sr. Neil Herman Rijkenberg, Ministro das Finanças de Eswatini, num discurso de abertura oficial, inaugurou a reunião do ICSOE após as boas-vindas da Diretora do Escritório Regional Sénior da ECA para a África do Sul, Sra. Eunice Kamwendo; do Coordenador Residente da ONU em Eswatini, Sr. George Wachira; e das observações do Presidente da Mesa da trigésima sessão do ICSOE, do Ministério das Finanças e Planeamento Nacional da Zâmbia, e do Diretor de Planeamento para o Desenvolvimento, Sr. Davison Mapiza. As mensagens de felicitações dos parceiros de desenvolvimento foram transmitidas pela Sra. Motheba Malibeng, Oficial do Programa Regional de Comércio do Secretariado da SADC; e pela Sra. Kisa Nkhoma, Oficial Sénior do Programa de Facilitação do Comércio da AUDA-NEPAD.

9. Organizações nacionais, regionais e internacionais, bem como ministérios governamentais, estiveram representados na reunião, incluindo: o Instituto de Análise de Políticas de Desenvolvimento do Botswana (BIDPA); o Ministério do Comércio e Indústria do Botswana; o Ministério do Comércio, Indústria e Negócios da Eswatini; o Ministério do Comércio e Indústria do Lesoto; o Ministério das Finanças e Assuntos Económicos do Malawi; o Ministério do Comércio e Indústria do Malawi; o Ministério do Comércio e Proteção do Consumidor das Maurícias; o Ministério da Industrialização, Negócios, Comércio e Turismo do Malawi; o Ministério da Industrialização e Comércio da Namíbia; o Ministério das Finanças de Moçambique; o Secretariado da SADC; o Ministério das Finanças e Planeamento Nacional da Zâmbia; o Coordenador Residente das Nações Unidas para a Eswatini; a Comissão Económica das Nações Unidas para África; e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio Internacional do Zimbabué.

10. A sessão do ICSOE foi precedida por uma reunião ad hoc de um grupo de peritos, realizada no dia 29 de outubro de 2025. A reunião do grupo de peritos analisou um estudo realizado pela SRO-SA sobre “Avançar o Comércio Intra-Regional na África Austral através da Eliminação das Barreiras Tarifárias e Não Tarifárias”. Os especialistas apresentaram recomendações para o avanço do comércio intra-regional na África Austral através da eliminação de barreiras não tarifárias (BNTs), para consideração pelos Estados-membros, Comunidades Económicas Regionais (CERs) e outros intervenientes, incluindo a necessidade de implementar criteriosamente as orientações fornecidas pelos protocolos sub-regionais (como o Protocolo da SADC sobre Comércio e os Acordos Tripartidos) e

protocolos continentais sobre comércio liberalizado para facilitar e agilizar tanto o comércio intra-regional como o comércio dentro da AfCFTA; simplificar e harmonizar os requisitos das Regras de Origem entre as CER para melhorar o comércio transfronteiriço; reforçar e estabelecer Comités Nacionais de Monitorização dos BNT em todos os Estados-membros, operando em ambientes políticos e regulamentares harmonizados, com recursos adequados e inclusivos de todas as partes interessadas; e reforçar a implementação de sistemas coordenados de gestão de fronteiras em toda a região, de forma a criar um ambiente comercial uniforme e minimizar os entraves ao comércio.

11. O ICSOE analisou três relatórios estatutários apresentados pelo secretariado: (i) Relatório sobre as condições económicas e sociais recentes na África Austral; (ii) Relatório sobre o trabalho da ECA na África Austral; e (iii) Relatório sobre a implementação de agendas regionais e internacionais e outras iniciativas especiais na África Austral, que examinou os impactos das alterações climáticas no comércio e nas economias dos 11 Estados-membros e acompanhou o progresso dos contributos no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (Contribuições Nacionalmente Determinadas e Planos Nacionais de Adaptação). O Comité discutiu também as conclusões e recomendações de um estudo temático sobre a construção de cadeias de valor e a superação das barreiras comerciais na África Austral, através da exploração do potencial da AfCFTA. O Comité analisou e aprovou também as recomendações da reunião do grupo de peritos sobre o avanço do comércio intrarregional na sub-região, através da superação das barreiras tarifárias e não tarifárias. O Comité aprovou o Relatório sobre o Trabalho da ECA na África Austral e o Programa de Trabalho para 2026.

12. O Comité exortou os Estados-membros a, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento, entre outras coisas, alinharem as políticas industriais com questões emergentes como as alterações climáticas e as tecnologias de ponta, incluindo a inteligência artificial; aprofundarem a industrialização e o comércio através da construção de cadeias de valor regionais, através da agregação de valor, do desenvolvimento de ligações regionais, da harmonização de normas e da digitalização; acelerarem a implementação do Protocolo ao Acordo que estabelece a AfCFTA sobre Comércio Digital, inclusive alinhando a legislação nacional e a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação com as disposições sobre governação de dados, cibersegurança e interoperabilidade contidas nesse Protocolo; investirem na digitalização aduaneira e na infraestrutura de conectividade, apoiando sistemas aduaneiros totalmente automatizados, plataformas de janela única, melhor conectividade à internet e mecanismos de troca de dados transfronteiriços; institucionalizarem ferramentas de monitorização, avaliação comparativa e diagnóstico para acompanhar o progresso na implementação do Acordo, iniciativas de facilitação do comércio e integração digital nas fronteiras; apoiarem os pequenos comerciantes através de ferramentas digitais simplificadas e facilitarem o seu acesso a opções de pagamento digital, como o Sistema Pan-Africano de Pagamentos e Liquidações e os intermediários financeiros locais; Finalizar os planos nacionais de adaptação, garantindo que estão alinhados com as

Quadro 1. Exemplos de apoio recente e contínuo aos Estados-Membros, em consonância com o tema da 31ª sessão da ICSOE da África Austral.

"Desbloquear o potencial da AfCFTA: Construir cadeias de valor e ultrapassar as barreiras comerciais na África Austral"

- **Angola:**Estratégia e Plano de Implementação Nacional da AfCFTA desenvolvidos e validados
- **Botswana:**Projeto para a realização de um estudo de viabilidade sobre o desenvolvimento de uma cadeia de valor competitiva para a carne de bovino (financiado pela BADEA); parte da Base de Dados de Fornecedores Sustentáveis do Setor Automóvel (em desenvolvimento).
- **Eswatini:** Foi desenvolvido um Quadro Conjunto de Aquisições para o Sector do Couro, com o objectivo de apoiar as micro, pequenas e médias empresas (MPME) do sector do calçado e artigos de couro.
- **Lesoto:** Capacitação das micro, pequenas e médias empresas (MPME) na utilização de ferramentas digitais para comercializar no âmbito de acordos comerciais regionais (SCAU, SADC-FTA) e da AfCFTA; parte da Base de Dados de Fornecedores Sustentáveis do Setor Automóvel (em desenvolvimento).
- **Malawi:** Projeto sobreAções climáticas inovadoras para acelerar a industrialização verde e inclusiva na região da África Austral (2025-2028)
- **Maurícias:** Estudo sobre o desenvolvimento de cadeias de valor verdes e circulares na África Austral no contexto da AfCFTA: um estudo de caso das Ilhas Maurícias.
- **Moçambique:** Projeto sobreAcção climática inovadora para acelerar a industrialização verde e inclusiva na região da África Austral (2025-2028); Assistência técnica no desenvolvimento da sua legislação e regulamentação nacional para parques industriais;
- **Namíbia:** Projeto sobreAcção climática inovadora para acelerar a industrialização verde e inclusiva na região da África Austral (2025-2028); e Guia passo a passo sobre o comércio de bens no âmbito da AfCFTA, desenvolvido e validado; e parte da Base de Dados de Fornecedores Sustentáveis do Setor Automóvel.
- **África do Sul:** Projeto sobreAcção climática inovadora para acelerar a industrialização verde e inclusiva na região da África Austral (2025-2028); e parte da Base de Dados de Fornecedores Sustentáveis do Setor Automóvel (em desenvolvimento)
- **Zâmbia:** Guia passo a passo sobre o comércio de mercadorias ao abrigo da AfCFTA;Projeto sobreAcção climática inovadora para acelerar a industrialização verde e inclusiva na região da África Austral (2025-2028); Apoio técnico para o desenvolvimento.Estratégia Nacional de Conteúdo Local;e faz parte da Base de Dados de Fornecedores Sustentáveis do Setor Automóvel (em desenvolvimento)
- **Zimbabué:** Projeto sobreAcção climática inovadora para acelerar a industrialização verde e inclusiva na região da África Austral (2025-2028); e parte da Base de Dados de Fornecedores Sustentáveis do Setor Automóvel (em desenvolvimento)

contribuições nacionalmente determinadas atualizadas e os planos nacionais de desenvolvimento, e mobilizar financiamento climático para uma industrialização resiliente e um crescimento inclusivo; e alavancar parcerias público-privadas e mecanismos de investimento regionais para promover a indústria transformadora verde, a transformação e cadeias de valor de baixo carbono para empregos dignos.

13. A este respeito, a CEA continuou a prestar apoio aos Estados-Membros da sub-região e a implementar intervenções prioritárias para a sub-região, em consonância com o tema da 31. ª sessão da ICSOE (Quadro 1).

2.2 Aprofundar o ambiente político para a industrialização inclusiva

14. Com o apoio técnico da ECA, o Governo da Zâmbia iniciou a revisão da sua Estratégia Nacional de Conteúdos Locais e o desenvolvimento de uma estratégia sucessora, bem como do Quadro Legal e Regulatório. Isto incluiu a facilitação de uma série de reuniões consultivas de alto nível, realizadas de 30 de março a 1 de abril de 2026 em Ndola; de 7 a 8 de abril de 2026 em Lusaka; de 22 a 22 de agosto de 2026 em Livingstone; e de 10 a 11 de setembro de 2026 em Kabwe. Estas reuniões consultivas reuniram um total de 105 partes interessadas, incluindo decisores políticos, intervenientes do sector privado (incluindo micro, pequenas e médias empresas - MPME), académicos, representantes da sociedade civil e parceiros de desenvolvimento. O amplo processo consultivo gerou consenso sobre o desenvolvimento de uma nova estratégia que assegure que o conteúdo local desempenha um papel no processo de industrialização, em consonância com a Política Industrial Nacional do país, incluindo a integração e inclusão das MPME na indústria nacional. Além disso, este envolvimento consultivo identificou também os seguintes setores: agroindústria; têxteis e vestuário; engenharia; madeira e produtos de madeira; couro e produtos de couro; O processamento de minerais (metálicos e não metálicos) e a indústria farmacêutica foram definidos como subsetores prioritários da Estratégia, constituindo um plano impactante para promover, entre outros, a agenda da industrialização inclusiva. Como resultado, a Estratégia Nacional de Conteúdo Local e o Quadro Regulamentar subsequentes foram desenvolvidos e serão validados pelas partes interessadas e especialistas até ao final de 2026.

15. Além disso, com base no trabalho analítico realizado, a SRO-SA, em colaboração com o PNUD, desenvolveu o Quadro de Políticas de Conteúdo Local e o Conjunto de Ferramentas do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores, que apoiarão os decisores políticos no planeamento, implementação, monitorização e avaliação de iniciativas eficazes de conteúdo local. O Quadro e o Conjunto de Ferramentas proporcionam experiências e melhores práticas globais, regionais e nacionais na implementação de políticas de conteúdo local; analisam as lacunas, restrições e oportunidades nas abordagens existentes de conteúdo local e desenvolvimento de fornecedores; desenvolvem uma

metodologia estruturada passo a passo para o planeamento e a operacionalização de quadros de conteúdo local; disponibilizam instrumentos práticos de política, ferramentas de implementação, mecanismos de incentivo, estruturas de aquisição e sistemas de monitorização; e propõem estratégias para a integração das micro, pequenas e médias empresas (MPME) nas cadeias de valor locais, regionais e globais. O Quadro e o Conjunto de Ferramentas, cuja validação por partes interessadas e especialistas está prevista para o final de novembro de 2026, têm como objetivo fornecer aos governos instrumentos acionáveis para maximizar os benefícios económicos domésticos provenientes de investimentos e atividades industriais, ao mesmo tempo que promovem a industrialização sustentável, o desenvolvimento empresarial, a criação de emprego e a transformação económica regional.

16. Apoiando o desenvolvimento da cadeia de valor automóvel regional na África Austral, a SRO-SA organizou um Workshop de Capacitação para PME sobre Acesso ao Mercado e Informação de Mercado para o Fornecimento de Produtos Automóveis através de Compras Sustentáveis, de 11 a 13 de novembro de 2025, em Windhoek, Namíbia. O workshop insere-se num projecto mais vasto, financiado pelo Afreximbank e implementado pela ECA, sobre a redução de riscos nas cadeias de valor em África, no âmbito da iniciativa de Fortalecimento das Capacidades Automóveis em África, que contribui para a Cadeia de Valor Regional Integrada. A iniciativa inclui a criação de uma Base de Dados de Fornecedores Sustentáveis Automóveis (ASSFiD), que facilitará as ligações comerciais e o fornecimento de matérias-primas. O workshop de três dias reuniu 35 participantes, incluindo decisores políticos, representantes de PME, parceiros de desenvolvimento e intervenientes do sector privado de seis países da sub-região abrangida pelo projecto: Botswana, Lesoto, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabué, com o objectivo de integrar os intervenientes do sector nas cadeias de valor automóvel. O workshop proporcionou uma plataforma para a partilha de experiências práticas de especialistas e profissionais do setor sobre a forma como a ASSFiD pode desbloquear o acesso a novos mercados, fortalecer as ligações regionais, apoiar o fornecimento transfronteiriço e impulsionar as compras sustentáveis em toda a cadeia de valor regional do sector automóvel.

17. Além disso, a SRO-SA iniciou um diálogo com o Governo de Moçambique e parceiros da ONU relativamente ao pedido do país de assistência técnica da ECA para o desenvolvimento do seu Regulamento para Parques Industriais. Uma vez desenvolvido, o Regulamento facilitaria o estabelecimento e a governação dos parques industriais e estaria alinhado com o mandato de capacitação local e transferência de tecnologia para as micro, pequenas e médias empresas (MPME) nacionais, integrando-as ativamente na agenda nacional de industrialização. Esta estrutura garantiria também que os investidores estrangeiros e locais não se limitassem à extracção de recursos, mas também promovessem o processamento e a agregação de valor, com benefícios para a economia nacional em geral.

O diálogo está em curso com o Governo de Moçambique, através do Ministério da Economia, e outras partes interessadas e parceiros no desenvolvimento do Regulamento dos Parques Industriais.

18. A SRO-SA avançou também no sentido de prestar apoio técnico ao Governo do Botswana, incluindo a identificação de uma empresa de consultoria especializada para realizar o Estudo de Viabilidade sobre o desenvolvimento de uma Cadeia de Valor Competitiva para a Carne de Bovino, com financiamento do Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA), de acordo com as modalidades contidas numa Carta de Troca tripartida entre a ECA, o BADEA e o Governo do Botswana. O estudo de viabilidade, que analisa, entre outros aspetos, a capacidade industrial dos produtores nacionais para criar, processar e comercializar carne de bovino e produtos derivados, bem como explora o potencial de integração em cadeias de valor regionais, estará concluído no primeiro trimestre de 2027.

19. Além disso, o Gabinete Sub-regional lançou uma iniciativa com o objectivo de promover o desenvolvimento da cadeia de valor do couro na África Austral. No âmbito desta iniciativa, o Gabinete Sub-regional para a África Austral (SRO-SA), em parceria com o Instituto Africano do Couro e Produtos de Couro (ALLPI), prestou apoio técnico ao Governo de Eswatini no desenvolvimento do Quadro Conjunto de Compras do Sector do Couro. O objetivo é apoiar as micro, pequenas e médias empresas (MPME) de calçado e artigos de couro em Eswatini, estabelecendo um acordo eficaz de fornecimento em grande escala que garanta o acesso fiável a matérias-primas de qualidade, acessórios e outros insumos de produção, ajudando as empresas locais a operar com maior eficiência. O quadro foi revisto e validado num workshop realizado em Ezulwini, de 6 a 7 de outubro de 2026. O workshop também proporcionou uma plataforma para que os intervenientes do setor partilhassem experiências práticas, identificassem oportunidades e desafios e fizessem recomendações para abordar as realidades enfrentadas pelos artesãos de couro e MPME locais, a fim de desbloquear valor no subsetor do couro do país. Se for implementado com sucesso, o modelo de desenvolvimento da cadeia de valor do couro de Eswatini poderá servir de modelo escalável para outros países da África Austral.

20. O Gabinete Sub-regional continuou a implementar o projecto de três anos financiado pela Conta de Desenvolvimento das Nações Unidas sobre “Acção Climática Inovadora para Acelerar a Industrialização Verde e Inclusiva na Região da África Austral (2025-2028)”, dirigido a seis Estados-Membros: Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabué. O projecto visa reforçar as capacidades dos Estados-Membros para desenvolver políticas de economia verde, apoiar as micro, pequenas e médias empresas (MPME) e facilitar a integração dos planos de transição energética com as políticas industriais. Em 2026, o Gabinete Sub-regional da África Austral realizou quatro estudos regionais sobre as políticas de industrialização verde; setor privado e economia

circular; modernização e sequenciamento industrial; e tecnologias de energias renováveis, que foram validados em cinco workshops nacionais realizados no Malawi, Moçambique, África do Sul, Zâmbia e Zimbabué. Os workshops proporcionaram uma oportunidade para as partes interessadas e os especialistas nacionais de cada país analisarem criticamente as metodologias, as conclusões e as recomendações dos quatro estudos, com o objectivo de fornecer provas para a formulação de políticas sobre a aceleração da industrialização verde e inclusiva na África Austral.

2.3 Impulsionar a transição para economias verdes inclusivas na África Austral

21. No âmbito do apoio técnico e da assessoria política prestada ao Secretariado da SADC, a SRO-SA, em estreita colaboração com a Divisão de Tecnologia, Inovação, Conectividade e Infraestruturas (TICID) da ECA, facilitou uma reunião de peritos realizada de 21 a 23 de janeiro de 2026 em Lusaka, Zâmbia. Esta reunião reviu e validou a minuta do Quadro Político da SADC para uma Transição Energética Justa, preparando-a para a sua aprovação pelo Conselho de Ministros da SADC responsáveis pela Energia e posterior adoção pela Cimeira de Chefes de Estado da SADC ainda em 2026. O encontro reuniu altos funcionários dos países da SADC, instituições regionais de investigação e desenvolvimento, empresas de eletricidade, instituições nacionais e reguladoras, diversos especialistas, representantes do setor privado e membros da sociedade civil. A minuta validou criticamente o Quadro Político e procurou consensos em torno do mesmo. Este Quadro define os imperativos políticos essenciais que orientam a abordagem da região para uma transição energética justa. Além disso, foi desenvolvido um Plano de Acção para orientar a implementação do Quadro Político da SADC para uma Transição Energética Justa, também em preparação para a sua validação em 2026.

22. Além disso, a SRO-SA, em estreita colaboração com a SRO-EA, prestou apoio técnico ao Secretariado da COMESA para a formulação do Quadro de Desenvolvimento do Turismo Sustentável da COMESA, do Plano de Implementação e de quatro estudos de caso (sobre agroturismo, turismo azul, turismo circular/ecoturismo, turismo urbano e turismo MICE na sub-região da COMESA). Esta iniciativa surgiu da assinatura de um Memorando de Entendimento entre a ECA e o Secretariado da COMESA durante a 23ª Cimeira de Chefes de Estado da COMESA, abrindo caminho para o apoio técnico à COMESA no desenvolvimento do turismo. Assim, foi realizada uma primeira Oficina Consultiva com as principais partes interessadas, de 27 a 29 de Abril, em Mombaça, Quénia, que discutiu questões críticas como a coordenação de políticas, a facilitação de vistos, a conectividade dos transportes e outros obstáculos que precisam de ser resolvidos para permitir viagens transfronteiriças sem problemas e promover o desenvolvimento do turismo na região da COMESA. O segundo workshop consultivo sobre o desenvolvimento do Quadro de Turismo Sustentável da COMESA, do Plano de Implementação e dos 4

estudos de caso foi realizado online no dia 17 de agosto de 2026, reunindo 18 Estados-membros da COMESA. O workshop analisou os progressos alcançados, obteve novos contributos e orientações dos Estados-membros e traçou o caminho a seguir para a finalização do quadro regional, que já foi elaborado e está pronto para ser validado no final de 2026.

23. Além disso, a SRO-SA contribuiu substancialmente para a 12ª Conferência de Minerais e Energia de Moçambique, realizada de 5 a 8 de maio de 2026 em Maputo, Moçambique. A Conferência, organizada sob o tema "Moçambique: Aberto para Negócios - Desbloquear Recursos Naturais para Industrialização, Diversificação e Crescimento Inclusivo", debateu o desenvolvimento do sector do petróleo, gás e minerais em Moçambique e em toda a África Austral. Explorou também instrumentos políticos relacionados com o processamento de minerais, estratégias de conteúdo local e a harmonização e alinhamento de políticas regionais como estratégias para reforçar a industrialização nos países ricos em recursos naturais da África Austral.

24. O Gabinete Sub-regional realizou também um estudo analítico sobre o Desenvolvimento de Cadeias de Valor Verdes e Circulares na África Austral no Contexto da ZCLCA: Um estudo de caso das Ilhas Maurícias, que foi revisto e validado numa reunião de um grupo de peritos realizada a 14 de maio de 2026 em Port Louis, Ilhas Maurícias. Durante a reunião, os especialistas sublinharam a importância estratégica do alinhamento das políticas comerciais, climáticas e industriais para reforçar a resiliência, a competitividade e o crescimento sustentável no âmbito da ZCLCA. A reunião de peritos aprofundou também o envolvimento entre os Estados-Membros da África Austral no desenvolvimento de cadeias de valor verdes ao abrigo do Acordo da ZCLCA.

25. Além disso, o Gabinete Sub-regional para a África do Sul (SRO-SA), em colaboração com a Divisão de Alterações Climáticas, Segurança Alimentar e Recursos Naturais (CFND) da Comissão Económica para África (ECA) e o Gabinete Sub-regional para a África Central (SRO-CA), lançou o Projecto de Promoção de Cadeias de Valor Ambiental e Socialmente Responsáveis, Descarbonizadas, Inclusivas e Transformadoras para Minerais de Transição Energética na Região da SADC, cuja fase de implementação foi iniciada em 2 de junho de 2026 em Lusaka, Zâmbia. O lançamento foi seguido por uma reunião consultiva dos parceiros do consórcio do projeto, realizada nos dias 3 e 4 de junho de 2026. O projeto, financiado pela Iniciativa Internacional para o Clima, está a ser implementado por um consórcio de parceiros em seis países da SADC: República Democrática do Congo, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabué. O projecto, cuja implementação está em curso, procura garantir que a extracção e o processamento de minerais de transição energética na região da SADC são realizados com recurso a métodos de mineração e fabrico de baixo carbono, ambiental e socialmente responsáveis.

2.4 Promovendocomércio intrarregional através da AfCFTA na África Austral

26. Com o apoio técnico da SRO-SA, em colaboração com o Centro de Política Comercial Africana (ATPC) da ECA, o Governo da Namíbia finalizou e validou o seu Guia Passo a Passo para o Comércio de Mercadorias no âmbito da AfCFTA. O Guia, desenvolvido com a assistência financeira da DANIDA, foi validado numa reunião realizada nos dias 5 e 6 de fevereiro de 2026 em Windhoek. Traduz o Acordo da AfCFTA de uma estrutura política para uma ferramenta prática que as empresas podem utilizar para comercializar em toda a África, com foco nas regras de origem, tarifas e documentação aduaneira. O seu objetivo é ajudar as empresas namibianas a compreender e a navegar pelos procedimentos, requisitos e oportunidades associados ao comércio no âmbito da AfCFTA. Em particular, o Guia apoia as micro, pequenas e médias empresas (MPME), as empresas detidas por mulheres e as empresas lideradas por jovens, permitindo-lhes aceder aos mercados continentais de forma mais eficaz, além de contribuir para reduzir significativamente os custos de conformidade e a incerteza para as empresas do sector privado. O Guia Passo a Passo foi integrado no Portal de Informação Comercial da Namíbia, uma plataforma online que funciona como um balcão único e abrangente para o comércio internacional, oferecendo aos importadores e exportadores um acesso centralizado a informação sobre procedimentos aduaneiros, licenças e impostos. O Guia Passo a Passo será lançado pelo Governo da Namíbia a 9 de novembro de 2026.

27. De forma semelhante, a SRO-SA e a ATPC prestaram apoio técnico ao Governo da Zâmbia, através do seu Ministério do Comércio, Indústria e Investimento, no desenvolvimento do Guia Passo a Passo para o Comércio de Mercadorias no âmbito da AfCFTA. Este apoio incluiu a facilitação de uma série de reuniões consultivas com partes interessadas, tais como funcionários e especialistas governamentais, o sector privado e as micro, pequenas e médias empresas (MPME), incluindo empresas lideradas por mulheres e jovens e parceiros de desenvolvimento. O Guia Passo a Passo para a Zâmbia foi desenvolvido e posteriormente validado por partes interessadas e especialistas num workshop realizado a 24 de setembro de 2026 em Lusaka. O Guia, com o apoio financeiro da DANIDA e da GIZ, encontra-se atualmente em fase de conclusão e pronto para ser lançado no início de 2027.

28. Com o apoio técnico da SRO-SA em estreita colaboração com a ATPC, o Governo de Angola validou a sua Estratégia e Plano de Acção Nacional para a AfCFTA, marcando um passo decisivo para aproveitar o comércio intra-africano e acelerar a agenda de diversificação económica e industrialização do país. A Estratégia Nacional, revista e validada a 23 de junho de 2026, em Luanda, visa diversificar a economia angolana, dependente do petróleo, expandir o comércio não petrolífero e impulsionar a participação

das micro, pequenas e médias empresas (MPME), das mulheres e dos jovens nas cadeias de valor continentais. Os principais pilares e áreas prioritárias da Estratégia validada incluem a economia.Diversificação (reduzindo a forte dependência do petróleo bruto, que representa actualmente cerca de 95% das exportações de bens do país); integração regional (utilizando corredores de infra-estruturas, particularmente o Corredor do Lobito, para impulsionar o comércio e a logística intra-africanos); e inclusão (garantindo que as mulheres, os jovens empreendedores e as micro, pequenas e médias empresas têm acesso a financiamento e informação de mercado).

29. Além disso, a SRO-SA, em colaboração com o Instituto Africano para o Desenvolvimento Económico e Planeamento (IDEP) da CEA e em parceria com o Fórum da Juventude da África Austral, realizou um webinar preparatório para o Fórum de Impacto do Desenvolvimento de África (ADIF) sobre o tema "Desbloquear Cadeias de Valor Regionais: Capacitar as Empresas Lideradas por Jovens em África para Prosperar sob a AfCFTA", no dia 14 de abril de 2026. O webinar serviu como precursor do Fórum inaugural de Impacto do Desenvolvimento Africano, que se realizou em Adis Abeba, Etiópia, em junho de 2026, durante o qual foi convocada uma sessão paralela sobre o mesmo tema a 11 de junho de 2026, em colaboração com a OIT e o Fórum da Juventude da África Austral.

30. Além disso, a SRO-SA, em parceria com o Centro de Política Comercial Africana da ECA e em colaboração com o Escritório Regional das Nações Unidas para as Caraíbas (Lesoto), o PNUD, o Centro de Comércio Internacional (ITC) e outros parceiros (incluindo a SADC, a SACU e a GIZ), prestou apoio técnico ao Governo do Lesoto, concebendo e ministrando um workshop de capacitação que capacitou 100 micro, pequenas e médias empresas (MPME) do Lesoto com conhecimentos e competências sobre a utilização de ferramentas digitais para o comércio no âmbito de acordos comerciais regionais, como a União Aduaneira da África Austral, a SADC-FTA e a AfCFTA. A formação incluiu a familiarização prática das MPME com as ferramentas de facilitação do comércio do ITC, como o Mapa Comercial e o Mapa de Acesso ao Mercado; a análise das tarifas, das medidas não tarifárias e dos requisitos de entrada no mercado; regras de origem e processos de certificação; e a conformidade com os requisitos sanitários e fitossanitários (SPS) e de barreiras técnicas ao comércio (TBT), bem como a certificação de exportação. O objectivo desta formação foi aumentar a participação das MPME, incluindo as empresas lideradas por mulheres e jovens, no comércio no âmbito dos acordos comerciais regionais e da AfCFTA. A formação, realizada em Maseru de 28 a 29 de setembro de 2026, foi seguida de um evento B2B para o setor privado e micro, pequenas e médias empresas (MPME) no Lesoto, a 30 de setembro de 2026, que promoveu o networking entre empresas e a exploração de negócios entre vendedores e compradores.

31. Além disso, a SRO-SA facilitou a participação de 20 jovens empreendedores, no âmbito da Aliança Pan-Africana de Mulheres e Jovens Empreendedores (PAAWYE), na Zambia Youth Connect Expo 2026, realizada em Lusaka, de 29 a 30 de setembro. A Expo foi organizada pelo Governo da Zâmbia sob o tema "Green Hustle: Cultivar Riqueza, Criar Emprego" e reuniu autoridades governamentais, parceiros de desenvolvimento, intervenientes do sector privado, inovadores, empresários e jovens de toda a Zâmbia para explorar caminhos para a transformação económica liderada pela juventude. A Expo proporcionou uma plataforma para alargar o acesso à inovação juvenil e fomentar ligações comerciais, criando oportunidades para a participação dos jovens nas cadeias de valor e no comércio regionais.

2,5 Apoio ao planeamento do desenvolvimento, à governação económica e a outras iniciativas de desenvolvimento na África Austral.

32. No âmbito do apoio técnico para o reforço do planeamento do desenvolvimento na sub-região, o Gabinete Sub-regional, em colaboração com a Secção de Serviços de Gestão do Conhecimento da CEA, prestou apoio técnico para o desenvolvimento de um Portal Online, como Comunidade de Prática (CdP) para a Plataforma das Entidades Nacionais de Planeamento (ENPs) da SADC, que foi lançado a 12 de setembro de 2025. O Portal Online serve como um espaço digital para promover discussões de especialistas e o intercâmbio de conhecimentos entre de Planeamento (ENPs) da SADC na região, melhorando, assim, a coerência entre os quadros de desenvolvimento regional e os planos nacionais de desenvolvimento, e para acompanhar os progressos no cumprimento dos compromissos de desenvolvimento a nível nacional, regional e internacional (incluindo a Visão 2050 da SADC, a Agenda 2030 e a Agenda 2063). Para dar um apoio adicional, a ECA, em colaboração com o Secretariado da SADC, realizou um workshop de formação para os administradores do portal da Comunidade de Práticas (CoP) das Entidades Nacionais de Políticas (NPEs) e dos Think Tanks da SADC, bem como para a equipa de TI da SADC, entre os dias 27 e 29 de abril de 2026, em Joanesburgo, África do Sul. A sessão de formação possibilitou a migração e alojamento completos do portal online do servidor web da ECA para o portal Secretariado da SADC; a finalização da configuração das definições de e-mail, do protocolo de transferência de e-mail simples (SMTP), do painel de controlo, da estrutura de conteúdos e da governação da plataforma; a revisão dos comandos básicos do Subsistema Windows para Linux (WSL), das ferramentas necessárias, do backup do código-fonte e da resolução de problemas básicos; a revisão do conteúdo da plataforma para refletir o envolvimento da rede de Think Tanks da SADC; e o preenchimento do portal com áreas temáticas das NPEs e dos Think Tanks da SADC.

33. Como seguimento da formação sobre o Portal online, o Secretariado da SADC organizou um Diálogo Político e de Capacitação em Investigação e Integração Regional, realizado de 13 a 14 de julho de 2026, em Joanesburgo, África do Sul. O Diálogo

fortaleceu os processos de tomada de decisão baseados em evidências, em apoio da agenda de integração regional da SADC, através de uma colaboração melhorada entre os Centros de Estudos e as Entidades Nacionais de Políticas (ENPs). O Diálogo Político reuniu ENPs e Centros de Estudos e proporcionou uma plataforma para a convergência estratégica das comunidades de investigação e políticas na região da SADC, com o objectivo de reforçar a tomada de decisões baseada em evidências. Especificamente, o Diálogo reuniu ENPs e Centros de Estudos para uma troca substancial sobre a interface planeamento-investigação na região da SADC e envolveu os participantes em questões políticas contemporâneas que afectam a região.

34. A nível nacional, a ECA, através da Divisão de Macroeconomia e Governação (MGD) e da SRO-SA, está a apoiar o Governo da Zâmbia no desenvolvimento do 9.º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND9) do país, particularmente nos segmentos de análise macroeconómica, aprofundamento do mercado de capitais e crescimento impulsionado pelas exportações. O processo de desenvolvimento do plano nacional de desenvolvimento encontra-se atualmente em curso, e o apoio da ECA incluirá a partilha da análise sobre o alinhamento do Conjunto de Ferramentas de Planeamento e Relatórios Integrados (IPRT) com o PND8 e as Revisões Locais Voluntárias (RLV), para consideração no desenvolvimento do PND9. O apoio técnico assegurará também que o novo plano é fundamentado em evidências, reforçando a ligação entre o planeamento e o financiamento e garantindo que os mecanismos de implementação são incorporados no Plano desde o início. Uma vez desenvolvido, o PND9 servirá como a principal estrutura para o avanço do desenvolvimento a longo prazo da Zâmbia para o período de planeamento de 2027-2031.

35. A ECA tem prestado apoio ao Governo da Zâmbia, através do Ministério do Governo Local e Desenvolvimento Rural, na localização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforçando a capacidade das autoridades locais para integrar os ODS no planeamento, orçamento, implementação e relatórios locais. Este apoio visa também ligar as provas e prioridades locais com o planeamento do desenvolvimento nacional da Zâmbia e os processos de reporte dos ODS. Isto incluiu o apoio ao Conselho Municipal de Lusaka na realização da sua primeira Revisão Local Voluntária (RLV) para o período de 2024-2025, promovendo a preparação de RLVs, a aplicação do Conjunto de Ferramentas de Planeamento e Relatórios Integrados (IPRT) e a melhoria da gestão de ativos de infraestruturas. Além disso, foi realizado um workshop de capacitação sobre a Localização dos ODS, RLVs e Gestão de Ativos de Infraestruturas na cidade de Ndola, de 14 a 17 de setembro de 2026, reunindo cinco autoridades locais e instituições nacionais e locais relevantes. A atividade reforçou a preparação das autoridades locais para a realização de Avaliações de Risco de Infraestrutura (VLRs, na sigla em inglês) através de orientação prática sobre o processo de VLR, marcos e resultados esperados, avaliações de prontidão institucional e desenvolvimento de planos

de ação para VLR. Foi ainda oferecida formação prática sobre a aplicação da Teoria da Prontidão Institucional (IPRT, na sigla em inglês) para alinhar os Planos de Desenvolvimento Integrado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Agenda 2063 e o 8º Plano Nacional de Desenvolvimento, juntamente com abordagens de Gestão de Ativos de Infraestrutura e gestão de dados. O workshop identificou lacunas na monitorização e avaliação (M&A), gestão de dados, conhecimento sobre IPRT e capacidade institucional como áreas prioritárias para o apoio técnico contínuo.

36. A ECA, através da MGD e da SRO-SA, iniciou o apoio técnico ao Governo do Botswana para a preparação e validação do Roteiro de Reforma da Gestão das Finanças Públicas do país (2026-2030), abrangendo o investimento público, o orçamento, a contabilidade, as aquisições, as receitas, o caixa, a dívida, as empresas estatais e a modernização do Sistema de Contabilidade e Orçamento do Governo e do Sistema Integrado de Informação de Gestão Financeira. A MGD tem prestado e continua a prestar apoio técnico na modelação macroeconómica, simulação de políticas e coordenação do planeamento e implementação económica.O planeamento baseado em políticas globais, enquanto o Instituto Africano para o Desenvolvimento Económico e Planeamento (IDEP) continua a contribuir para o desenvolvimento de capacidades relevantes na área temática da política macroeconómica, finanças e planeamento integrado.

37. Em resposta a um pedido de apoio do Governo do Malawi, a SRO-SA continuou a prestar assistência técnica para a revisão e formulação da estratégia de diplomacia económica como parte da política externa do país. O Governo do Malawi está a rever a sua Política Externa e a desenvolver o seu Plano Estratégico, visando a concretização da Agenda Malawi 2063, como instrumentos estratégicos para o país alcançar a sua agenda de desenvolvimento em sectores prioritários como a agricultura, o turismo e a mineração. Prevê-se também que a nova política se concentre no desenvolvimento nacional a longo prazo, incluindo meios inovadores para atrair financiamento para o desenvolvimento e oportunidades de investimento, tanto nacionais como internacionais. Neste sentido, a ECA iniciou consultas com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, bem como com outros parceiros a nível nacional, para posteriormente apoiar uma Política Externa mais orientada para o futuro, que promova o desenvolvimento sustentável e inclusivo do país..

38. Além disso, a ECA, através dos seus Gabinetes Sub-regionais para o Norte de África e África Austral, continuou a prestar apoio técnico ao Governo do Lesoto, através do Ministério das Finanças e Planeamento do Desenvolvimento, sobre como alavancar a contribuição da diáspora para o desenvolvimento nacional sustentável do país. Esta iniciativa insere-se no Projecto de Contas de Desenvolvimento sobre o Reforço da Interligação entre Migração e Desenvolvimento em África. Como resultado do apoio técnico, o Governo formulou o Quadro Nacional de Remessas e Investimentos, uma proposta de quadro regulamentar, institucional e financeiro para os investimentos da

diáspora, que visa reforçar o contributo da diáspora basotho para o desenvolvimento nacional. O quadro foi validado pelas partes interessadas num workshop realizado a 18 de agosto de 2026. Seguiu-se um Workshop de Formação, nos dias 29 e 30 de agosto de 2026, que apresentou um conjunto de ferramentas práticas para integrar as considerações sobre migração e diáspora no planeamento do desenvolvimento. Estes workshops reuniram 50 participantes, provenientes dos Ministérios das Finanças do Governo, do Grupo de Trabalho Técnico Nacional, do Banco Central do Lesoto, de associações bancárias, de agências da ONU, de organizações da sociedade civil e do sector privado. A validação da estrutura proposta e da sua matriz de reforma baseou-se em estudos de caso internacionais de Israel, Índia, Irlanda, Nigéria, Etiópia, Quénia e Gana, e foi firmemente fundamentada no contexto do Lesoto. Os principais resultados incluíram a validação e o aperfeiçoamento da estrutura proposta e das matrizes de implementação, a identificação de reformas regulamentares e institucionais prioritárias e o reforço da capacidade nacional para avançar na implementação da agenda de desenvolvimento da diáspora e da migração do Lesoto.

3. Desafios e lições

39. Um dos desafios enfrentados é garantir a representação e a participação de alto nível, especialmente em reuniões estatutárias como a ICSOE, de altos funcionários que possam tomar decisões e assegurar que as recomendações são levadas ao nível nacional para implementação. Outro desafio é o atraso nas respostas dos Estados-Membros e de outros parceiros, o que afecta a prestação de apoio em tempo oportuno ou a implementação das iniciativas planeadas. Além disso, a diminuição dos recursos financeiros que o sistema das Nações Unidas tem vindo a enfrentar continua a ser um grande desafio, particularmente no que diz respeito às necessidades de apoio técnico aos Estados-Membros. A disponibilidade limitada de dados estatísticos oficiais continua também a ser um desafio, afectando a realização de trabalhos analíticos e de investigação, especialmente sobre questões emergentes de prioridade para os Estados-Membros e a sub-região.

40. Uma importante lição aprendida foi que o estabelecimento de parcerias sólidas com as Comunidades Económicas Regionais (CERs), organizações intergovernamentais, outros parceiros de desenvolvimento e o sector privado a nível sub-regional e nacional é fundamental para garantir a relevância do apoio técnico prestado e das intervenções implementadas. Outra lição foi que trabalhar em estreita colaboração com outras entidades das Nações Unidas a nível sub-regional e nacional é essencial para alavancar e reunir a experiência disponível e os recursos financeiros limitados, além de criar sinergias e garantir a entrega eficaz de iniciativas de desenvolvimento. Ademais, o envolvimento dos Estados-membros e dos parceiros desde o início do planeamento e dos processos dos programas é crucial para assegurar a implementação atempada, bem como o alinhamento e a coerência das intervenções prioritárias.

4. Principais pontos do programa de trabalho para 2027

41. O Gabinete Sub-regional para a África Austral foi designado como Centro de Excelência da CEA para a Industrialização Inclusiva, cujo objectivo a longo prazo é aprofundar a integração regional e reforçar as capacidades para alcançar uma industrialização inclusiva, visando a redução da pobreza e da desigualdade na África Austral. Neste sentido, o Programa de Trabalho proposto pela CEA para a África Austral em 2027 continuará a centrar-se principalmente no reforço das capacidades dos Estados-Membros, das comunidades económicas regionais e das organizações intergovernamentais para formular e implementar políticas, estratégias e programas que visem aprofundar o ambiente político para a industrialização inclusiva e o desenvolvimento da cadeia de valor; impulsionar a transição para economias mais sustentáveis; e promover o comércio através da AfCFTA para a redução da pobreza e da desigualdade. Isto será feito através de estudos analíticos de políticas, convocação de diálogos políticos, prestação de serviços de consultoria e apoio técnico aos Estados-Membros, às comunidades económicas regionais e às organizações intergovernamentais, aproveitando as colaborações e parcerias a nível nacional, sub-regional e regional.

42. As principais iniciativas e entregas programadas para 2027 estão descritas no Quadro 2 abaixo:

Quadro 2: Síntese das principais iniciativas/entregas para 2027

Objetivo:*Aprofundar a integração regional e reforçar as capacidades para alcançar uma industrialização inclusiva, visando a redução da pobreza e da desigualdade na África Austral.*	
Categoria	**Principais iniciativas/entregas programadas**
(a) Prestação de serviços em reuniões intergovernamentais estatutárias	1. ª Sessão anual do Comité Intergovernamental de Altos Funcionários e Peritos para a África Austral − *Relatório sobre as principais condições económicas e sociais na África Austral* − *Relatório sobre o trabalho da ECA na África Austral* − *Relatório de progresso sobre as agendas regionais e internacionais e as iniciativas especiais na África Austral.* − *Relatório ao Comité Intergovernamental de Altos Funcionários e Peritos para a África Austral*
(b) Estudos analíticos de políticas e reuniões ad hoc de grupos de peritos	2. Estudos analíticos e reuniões de grupos de peritos ad hoc − *Integração regional na África Austral* − *Industrialização inclusiva e sustentável na África Austral* − *Desenvolvimento da cadeia de valor regional na África Austral*
(c) Cooperação técnica	3. Programa de bolsas para jovens economistas africanos
(d) Seminários e workshops	4. Workshops e fóruns

	– *Workshop sobre industrialização inclusiva e sustentável* – *Workshop sobre a integração regional na África Austral* – *Workshop sobre o desenvolvimento da cadeia de valor regional*
(e) Serviços de apoio técnico e consultoria	5.º Serviços de consultoria aos Estados-Membros e às CER: - *Apoiar a integração regional e a implementação do Acordo da AfCFTA na África Austral.* - *Desenvolvimento de zonas económicas especiais nacionais e transfronteiriças, incluindo a iniciativa de veículos eléctricos a bateria entre a República Democrática do Congo e a Zâmbia; e a iniciativa Parque Agroindustrial Comum entre a Zâmbia e o Zimbabué.* - *Apoiar o desenvolvimento de cadeias de valor regionais (incluindo as cadeias de valor automóvel, da carne de bovino e do couro).* - *Desenvolvimento do sector privado, incluindo empresas lideradas por mulheres e jovens.* - *Promover o desenvolvimento do turismo sustentável na África Austral.* - *Outros, a pedido dos Estados-Membros, das CER e das OIG.*
(f) Diálogo político e construção de consensos	6. Diálogo político e construção de consensos - *Documento informativo sobre a industrialização e a transformação económica na África Austral* - *Diálogo político sobre o desenvolvimento económico na África Austral*
(g) Projetos da Conta de Desenvolvimento das Nações Unidas	9.º Projeto da 17. ª Parcela da Conta de Desenvolvimento das Nações Unidas (2025-2028):*Acção climática inovadora para acelerar a industrialização verde e inclusiva na região da África Austral (em implementação).*

43. O Comité é convidado a analisar e aprovar o relatório.